

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) GLAUBER GOMES DOS SANTOS

A ARTE OPERACIONAL NAS OPERAÇÕES MILITARES CONJUNTAS:
uma análise da primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*

Rio de Janeiro

2023

CC(FN) GLAUBER GOMES DOS SANTOS

A ARTE OPERACIONAL NAS OPERAÇÕES MILITARES CONJUNTAS:
uma análise da primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) ALEXANDRE RICCIARDI DOS REIS

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

ASSINATURA PELO GOV.BR

(LOCAL DA CHANCELA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grato a Deus, por ter me dado toda a força e saúde necessárias para superar as adversidades e concluir o presente trabalho.

À minha amada esposa Gisele, sempre presente em todos os momentos, motivando-me com seu amor, carinho e sabedoria.

Ao meu querido filho Lucas, que com seu sorriso e seu abraço me inspiraram em ser uma pessoa melhor e a cumprir o meu propósito.

Aos meus pais Isidro e Palmerina, pela vida e por me oferecerem todos os ensinamentos que me permitiram trilhar meu caminho e alcançar meus objetivos.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) ALEXANDRE RICCIARDI DOS REIS, agradeço pelos valiosos conselhos transmitidos, sempre de maneira assertiva e cortês. O seu exemplo de entusiasmo e profissionalismo foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2023, agradeço o compartilhamento de ideias e a troca de experiências profissionais, que muito engrandeceram este trabalho.

E, enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da arte operacional para as Forças Armadas Brasileiras na condução das atuais operações militares, tendo em vista a integração de diversos sistemas de comando e controle, e da capacidade de transmissão de informações em tempo real do campo de batalha para qualquer dos níveis envolvidos em decisões bélicas após as lições aprendidas na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom* (“Iraque Livre”) no Iraque em 2003. A investigação baseou-se em levantamentos bibliográficos e documentais. Utilizou-se o desenho de pesquisa do confronto entre a teoria dos fatores operacionais da arte operacional e seu emprego real na Operação *Iraqi Freedom* no Iraque em 2003. A complexidade crescente dos conflitos armados, devido a quantidade de fatores a serem considerados nos diferentes níveis de decisão, tem demonstrado que normalmente as Forças Armadas são empregadas de maneira conjunta em detrimento das operações singulares. Neste contexto, o conhecimento da aplicação de cada uma das Forças em combate por parte do Comandante do Teatro de Operações, no nível operacional, é de suma importância para que ocorra a sinergia dos meios das Forças Armadas e a convergência de esforços em prol do máximo rendimento de todos os meios disponíveis. O conceito de fatores operacionais, fundamentais para as operações conjuntas, são analisados com o objetivo de estudar sua aplicabilidade pelas Forças Armadas brasileiras na metodologia do planejamento conjunto das operações militares. A análise da Operação *Iraqi Freedom* nos traz elementos consideráveis para a compreensão da importância dos níveis de decisão empregados para condução de uma crise e da importância do conceito teórico denominado arte operacional. As lições aprendidas com a Operação *Iraqi Freedom* também devem ser consideradas para uma nova concepção doutrinária de emprego conjunto das Forças Armadas brasileiras, tendo em vista a integração dos sistemas de inteligência e informação, as capacidades tecnológicas cada vez maiores dos sistemas de armas, que deverão ter a necessária interoperabilidade entre as forças.

Palavras-chave: Operação *Iraqi Freedom*, estratégia operacional, níveis de decisão, arte operacional, fatores operacionais, forças armadas, operações militares, planejamento de operações militares.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDN	- Conselho de Defesa Nacional
ChEMCjFA	- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CMiD	- Conselho Militar de Defesa
CS	- Comandante Supremo
EFD	- Estado Final Desejado
EUA	- Estados Unidos da América
FA	- Forças Armadas
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEECFA	- Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PDN	- Política de Defesa Nacional
TG	- Teatro de Guerra
TO	- Teatro de Operações

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O avanço sobre Bagdá	47
Figura 2 - O ciclo OODA – Oponente X nossas forças	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	NÍVEIS DE DECISÃO E FATORES OPERACIONAIS.....	11
2.1	NÍVEL POLÍTICO	12
2.2	NÍVEL ESTRATÉGICO	14
2.3	NÍVEL OPERACIONAL.....	15
2.4	NÍVEL TÁTICO	17
2.5	FATORES OPERACIONAIS.....	18
2.5.1	Espaço	19
2.5.2	Tempo	20
2.5.3	Força.....	21
2.5.4	Informação	23
3	ANÁLISE DA GUERRA DO IRAQUE NOS NÍVEIS DE DECISÃO	25
3.1	A POLÍTICA.....	26
3.2	A ESTRATÉGIA.....	27
3.3	A ARTE OPERACIONAL.....	28
4	OS FATORES OPERACIONAIS NA OPERAÇÃO IRAQI FREEDOM.....	34
4.1	A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “ESPAÇO”	34
4.2	A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “TEMPO”	36
4.3	A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “FORÇA”	37
4.4	LIÇÕES APRENDIDAS	38
4.4.1	Pontos positivos	39
4.4.2	Pontos negativos.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar neste trabalho sobre o tema da arte operacional nos planejamentos militares, este autor entende que a relevância do estudo deve pautar principalmente as operações militares conjuntas, uma vez que envolvem os esforços das três Forças Armadas brasileiras, contribuindo para uma campanha militar mais eficiente.

Os conflitos armados¹ da atualidade demonstram utilizar a plena capacidade das Forças Armadas (FA) para que sejam atingidos os objetivos da forma mais eficiente possível. Desta forma, a interoperabilidade entre as FA torna-se imprescindível para o sucesso da operação.

No Brasil, os planejamentos militares são pautados na Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa que apresenta 04 níveis de decisão: político, estratégico, operacional e tático. Os referidos níveis não podem ser estratificados e independentes, muito pelo contrário, a interdependência e o perfeito entendimento do Estado Final Desejado (EFD) irão pautar essas relações. A relação harmoniosa e coordenada entre os níveis, permitirá que os objetivos políticos sejam interpretados e concretizados por ações militares coerentes.

O planejamento militar da operação ou campanha ocorre no nível operacional e é elaborado pelo Comandante Operacional, a quem cabe a missão de padronizar os procedimentos e integrar as ações das forças componentes de forma sinérgica.

O conceito do termo “operacional” não apresenta unanimidade entre os autores de estratégia militar. O Almirante Pertusio (2005) prefere chamá-lo de “estratégia operacional” e a define como um nível intermediário que estabelece uma ligação entre a ideia estratégica e a ação tática, culminando no desdobramento inicial das forças para o combate conforme um plano estabelecido.

Já Milan Vego (2009) opta pelo termo “arte operacional”, criado pelo general soviético Aleksandr’ A. Svechin (1878-1938) e pode ser definida como sendo um componente da arte militar preocupado com a teoria e a prática do planejamento, preparação, condução e

¹ O conflito armado caracteriza-se por ser um recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar contenciosos ou impor sua vontade a outrem. Pode estar condicionado ou não aos preceitos das normas internacionais. Nesse sentido, diferencia-se do conceito de guerra apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual, a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a determinados requisitos (BRASIL, 2020b, p. 21).

sustentação das campanhas e grandes operações, a fim de atingir os objetivos estratégicos ou operacionais em um determinado teatro.

Entretanto, para efeitos de estudo, a maioria dos autores entende que as denominações apresentadas se equivalem e que um Comandante Operacional normalmente comanda forças conjuntas ou combinadas.

Sendo assim, apesar de, no Glossário das Forças Armadas, não aparecer o termo arte operacional, o entendimento é de que seu significado é similar ao termo estratégia operacional, que é definido da seguinte forma:

Estratégia operacional - Arte de deslocar, desdobrar, preparar e empregar as Forças Armadas, visando a atender, nas melhores condições, objetivos que lhes forem designados. Tem por finalidade aplicar forças em uma operação para atingir os objetivos fixados pela estratégia militar, conciliando-as com as possibilidades táticas e técnicas dos meios, buscando superioridade no momento e local adequados, usufruindo da liberdade de ação (BRASIL, 2015b, p. 111).

Podemos observar que a arte operacional serve como uma ponte entre a estratégia e a tática, visando alcançar resultados rápidos e decisivos em combate, minimizando as perdas de pessoal e material. Desse modo, as ações táticas são integradas e inseridas em um contexto mais amplo, o que contribui diretamente para os objetivos estabelecidos pela estratégia e pela política.

Os futuros Comandantes Operacionais não devem se limitar a uma estreita perspectiva tática de performance de suas tarefas na paz ou na guerra. Atualmente, para lograr êxito no cumprimento da missão, eles devem possuir uma visão holística de todos os aspectos relevantes da operação, como: político, diplomático, militar, econômico, informacional, entre outros (VEGO, 2009).

Desta forma, em uma perspectiva operacional, forma-se uma consciência situacional robusta, que permite ao Comandante Operacional um assessoramento preciso aos decisores dos níveis estratégico e político.

Na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*, os objetivos políticos foram atingidos, pois o nível operacional tinha um entendimento claro das diretrizes estratégicas e políticas a serem seguidas, aliado a uma tecnologia de integração e precisão dos sistemas de armas, assim como uma capacidade de transmissão de informações em tempo real.

De acordo com o Manual de Estratégia Operacional da Escola de Guerra Naval (2012), a arte/estratégia operacional é composta por diversos componentes para uma melhor compreensão do seu estudo.

Neste trabalho, iremos abordar o componente “fatores operacionais” (espaço, tempo e força), acrescido do fator “informação”, proposto pelo professor Milan Vego (2009), por possibilitarem ao Comandante Operacional a obtenção da liberdade de ação, verificando como esse processo influenciou na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*, aqui considerado como o período entre 20 de março e 1^o de maio de 2003.

A questão a ser investigada é qual seria a importância da arte operacional para as Forças Armadas brasileiras na condução das atuais operações militares, tendo em vista a integração de diversos sistemas de comando e controle e da capacidade de transmissão de informações em tempo real do campo de batalha para qualquer dos níveis envolvidos em decisões bélicas após as lições aprendidas na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*.

O propósito da pesquisa será analisar a importância da arte operacional em um contexto de emprego conjunto das Forças Armadas brasileiras, observando os fatores operacionais “espaço, tempo, força e informação” para o planejamento e condução das operações militares pelo Comandante Operacional, bem como sua interação com os níveis estratégico e tático.

O desenho de pesquisa utilizado foi o confronto entre a teoria dos fatores operacionais da arte operacional e seu emprego real na Operação *Iraqi Freedom* no Iraque em 2003.

Dessa forma, no capítulo 2, será abordada a teoria dos diferentes níveis de decisão que participam dos conflitos armados e também a teoria dos fatores operacionais, a ser utilizada pelo Comandante Operacional, durante o planejamento e condução das operações militares. No capítulo 3, a realidade abordada será a primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*, ressaltando a importância da interação do nível operacional com os níveis político-estratégico (acima) e tático (abaixo). Já no capítulo 4, será apresentada a influência dos fatores operacionais na operação em questão, bem como as lições aprendidas. Por fim, o capítulo 5 encerra este trabalho apresentando as considerações finais acerca do assunto e a relevância para as Forças Armadas brasileiras.

Assim, este estudo começará com os entendimentos pertinentes da importância dos níveis de decisão e dos fatores operacionais em uma campanha militar.

2 NÍVEIS DE DECISÃO E FATORES OPERACIONAIS

Na atualidade, observamos nos recentes conflitos armados ao redor do mundo, a importância da interoperabilidade, ou seja, a sinergia do emprego conjunto das Forças Armadas para se obter o máximo rendimento da expressão militar do Poder Nacional (BRASIL, 2020). Em uma busca pela solução rápida dos conflitos e para que ocorra uma integração efetiva no emprego conjunto das Forças Armadas, observamos na doutrina brasileira uma divisão dos níveis de decisão em político, estratégico, operacional e tático.

O Almirante argentino Pertusio, em seu livro *Estrategia Operacional* (2005), divide os níveis de condução da guerra em quatro e, no âmbito militar, em três, sendo o nível de decisão político um nível de condução nacional, nos lembrando que não são as Forças Armadas que fazem as guerras, mas os governos; as Forças Armadas irão combater nas guerras que já tenham sido decididas politicamente.

No nível estratégico, Pertusio (2005), ressalta que deverá haver interação com o nível político e ao mesmo tempo, que seria difícil delimitar a separação da estratégia para a política. A estratégia visa uma dialética de vontades, uma disputa pelo poder através da conquista da liberdade de ação, o que nos leva a confundir com a própria política.

O nível operacional ou estratégico operacional é definido por ele como o maior nível de condução militar pura, o que corresponde ao nível do Comandante do Teatro de Operações² (TO). Ainda de acordo com Pertusio (2005), no início do século XX, a Estratégia Militar começou a estreitar os vínculos com a política e permitiu a ascensão da estratégia operacional.

Já o nível Tático, compreende os procedimentos militares para emprego dos meios, sendo a formação tradicional dos oficiais realizada quase exclusivamente no domínio da Tática, pois é mais valorizada ao longo da carreira, por exigir uma capacitação técnica aprimorada, fruto de novos e mais complexos sistemas de armas (PERTUSIO, 2005).

A complexidade da guerra e o impacto causado em um Estado justificam a necessidade dos níveis de decisão ora apresentados, assim como observado por Jablonsky³:

² Teatro de Operações (TO) – Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico. (BRASIL, 2015b, p. 265).

³ JABLONSKY, David. *Strategy and the operation level of war*. US Army War College, 1987.

A guerra é dividida em três partes...estratégia, arte operacional (estratégia operacional) e táticas constituem três grandes divisões da atividade que prepara e conduz a guerra. Essa separação não é simplesmente algo que é feito de forma arbitrária e por conveniência. É antes o reconhecimento de que a guerra é um assunto complexo, coordenado desde os mais altos níveis da política até o básico que corresponde à execução (JABLONSKY *apud* PERTUSIO, 2005, p. 26, tradução nossa).

Porém, com o advento de armas de destruição em massa, como, por exemplo, as armas nucleares, em que pesem serem meios de combate e por consequência de ordem tática, verificou-se que seriam armas estratégicas, pelos danos e efeitos que poderiam impactar na vontade de lutar do adversário (PERTUSIO, 2005).

Com essa linha tênue entre a estratégia e a tática, somando-se a uma grande responsabilidade de interpretar a vontade política e passar das ideias à ação, vislumbrou-se a importância do estudo da arte/estratégia operacional nos cursos de altos estudos militares.

A conquista e a manutenção da liberdade de ação consistem em uma habilidade dentro da arte da guerra de implementar múltiplas e importantes decisões para conquistar os objetivos militares designados. O equilíbrio dos fatores operacionais “espaço, tempo e força” é essencial para o sucesso dos planejamentos das operações militares (BRASIL, 2012).

Neste capítulo, iremos abordar cada nível de decisão e sua forma de condução no Brasil, com foco no nível operacional; os fatores operacionais “espaço, tempo e força”, bem como o fator “informação”, que o autor Milan Vego (2009) denomina como sendo o quarto fator operacional, destacando suas respectivas relevâncias para a arte operacional.

2.1 NÍVEL POLÍTICO

Segundo o autor Reinaldo Dias (2013), o conceito de política está intimamente relacionado com a noção de poder, na medida em que o homem busca exercer poder sobre outro homem, ou sobre determinado grupo social com o objetivo de obter alguma vantagem pessoal ou coletiva.

O nível político, ao qual nos referimos no presente trabalho, está relacionado à aplicação desse poder de um Estado sobre o outro, visando a consecução de seus interesses e imposição de sua vontade.

Muitos estudiosos definem a política como um fato natural da convivência humana, por isso, não raro, ouvimos que todos os campos de estudo perpassam pela política. A nossa própria vida em sociedade, buscando segurança, já nos mostram esses indícios (BRASIL, 2019).

Bobbio definiu a política como um conceito “habitualmente empregado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que têm, de algum modo, como termo de referência, a polis ou, o Estado” (BOBBIO *apud* DIAS, 2003, p.1).

Embora as interpretações da política sejam diferentes, elas são relacionadas com a posse de algum território ou recurso natural, com a manutenção do poder ou uma redistribuição do poder.

O professor Milan Vego (2009), divide o termo política em dois significados: *policy* e *politics*. De forma geral, *policy* é entendido como a ação do governo para atingir um objetivo ou um propósito, utilizando o seu poder. *Politics* é definido como o processo de distribuição desse poder e influência na sociedade. Por fim, o autor entende que as decisões políticas impactam na disponibilidade dos meios necessários para a manutenção das próprias Forças Armadas do Estado.

No Brasil, de acordo com a Doutrina de Operações Conjuntas, o nível Político é representado pelo Presidente da República (Comandante Supremo das FA - CS), que tem como órgão consultivo o Conselho de Defesa Nacional (CDN) e como órgão de assessoramento o Conselho Militar de Defesa (CMiD), no que tange ao emprego dos meios militares (BRASIL, 2020c). O órgão consultivo e de assessoramento são imprescindíveis para que o nível Político não solicite algo militarmente inviável.

Para que o Poder Nacional seja empregado de forma integrada e a decisão sobre o emprego das Forças Armadas seja assertivo, o nível político estabelece os objetivos políticos, orienta e conduz o processo global da conquista ou da manutenção destes objetivos (BRASIL, 2012). O Poder Nacional se expressa de diversas formas, notadamente nos aspectos político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico (BRASIL, 2019). Podemos aqui observar que o Poder Político irá influenciar todos os demais e tem a missão de conciliar todos os interesses em prol do bem comum e até mesmo da sobrevivência do Estado.

Em uma análise prática, a política pode ser entendida como a arte de estabelecer objetivos e orientar o emprego dos meios necessários à sua conquista.

O autor Reinaldo Dias propõe uma reflexão da importância do nível de decisão político para o futuro da sociedade:

Ao longo do século XX, com o aumento da complexidade das sociedades, e o aumento da capacidade de intervenção do homem, possibilitado pelo formidável avanço das novas tecnologias, a política se torna ainda mais importante, necessitando da ampla participação nos processos de decisão que ocorrem nos diferentes âmbitos de poder, em particular no Estado (DIAS, 2009, p. 6).

Ainda segundo Dias (2009), o principal objetivo da política é garantir a paz para todos os cidadãos de um Estado ou grupo de Estados. Esse objetivo está vinculado a esforços contínuos para obter, manter e exercer o poder.

Portanto, é no nível político que são concebidas as diretrizes que serão analisadas pelo nível estratégico, a fim de melhor empregar as Forças Armadas, conforme será visto na próxima seção.

2.2 NÍVEL ESTRATÉGICO

Até o século XIX, a palavra estratégia era vista como algo puramente de ordem militar e relativa ao comando nos tempos de guerra. A extensão da estratégia para campos não-militares surge com mais evidência no século XX, mormente no período entre guerras. Após a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), a esperança de um conflito abreviado não ocorreu e houve uma grande mobilização da economia para a sustentação do esforço de guerra. A estratégia militar, a partir de então, seria apenas mais um componente de uma evolução para a guerra total (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A palavra estratégia vem sendo adaptada ao longo dos anos por diversos campos de estudo, tendo sofrido muitas interpretações diferentes. Hoje se encontram várias definições, sendo este termo utilizado em diversas áreas de atuação que não são militares. Nesta seção, será priorizada a estratégia militar.

A definição do general Beaufre (1998, p. 27) indica uma posição mais clara para o nível estratégico: “a arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seu conflito”.

O almirante argentino Pertusio (2005) faz uma permuta de termos e substitui “força” por “poder” e a palavra “resolver” por “manobrar”, o que seria uma definição mais atual. O poder é mais amplo que a força e tem um enorme componente subjetivo, sendo a força a aplicação efetiva do poder. A manobra também tem uma concepção mais ampla do que “resolver” e relaciona-se a negociações e acordos que visam desescalar as tensões.

Ainda que outras expressões de poder possam ser utilizadas, como, por exemplo, o poder econômico, a simples mobilização das Forças Armadas tem um efeito dissuasório.

O nível estratégico militar traduz a decisão política para a expressão militar e orienta o emprego das Forças Armadas, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político.

Na Estrutura Militar de Defesa brasileira, o nível estratégico é representado pelo Conselho Militar de Defesa (CMiD), composto pelo Ministro da Defesa, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (ChEMCjFA) e pelos Comandantes das três Forças. Nesse Conselho, os militares das mais altas patentes assessoram o nível político quanto ao emprego do poder militar, buscando tornar as necessidades ou aspirações políticas exequíveis, em uma primeira tentativa de tornar os objetivos políticos militarizados (BRASIL, 2012).

Nesse primeiro nível de decisão do qual fazem parte, os militares devem se abster de opiniões puramente técnicas e comportarem-se como verdadeiros estrategistas, que visualizam a condução dos conflitos de maneira holística, ou seja, como parte de um sistema interdependente.

A escolha dos meios estratégicos será feita mediante o confronto entre as vulnerabilidades do adversário e as nossas possibilidades. O efeito moral decisivo que se quer impor deve ser analisado cuidadosamente para influenciar o oponente a desistir da luta armada baseando-se em argumentos e pressões que poupem as ações de força (BEAUFRE, 1998).

Sendo assim, as Forças Armadas são uma ferramenta a ser empregada mediante a estratégia de determinado Estado. Veremos na próxima seção como será efetivado tal emprego.

2.3 NÍVEL OPERACIONAL

A estratégia empregada por um Estado, ainda que completa e robusta, não é capaz de assegurar a vitória na guerra. Havia a necessidade de um nível de decisão intermediário para efetuar a coordenação dos recursos de poder militares e não-militares, a fim de conquistar os objetivos estratégicos. Por isso, a arte operacional estabelece um vínculo entre política e estratégia de um lado e combate físico ou tática do outro lado. Essa ligação mostrou-se de

extrema importância ao longo da história das guerras, uma vez que somente a tática pode não levar aos resultados estratégicos esperados (VEGO, 2009).

O nível operacional, ao realizar essa importante ligação com a política e estratégia, planeja e conduz as operações militares no Teatro de Operações (TO), podendo ser estabelecidos mais de um TO dentro de um determinado Teatro de Guerra (TG), se necessário. Pode-se, também, ativar uma Área de Operações ou uma Zona de Defesa, cujo comandante está situado no nível operacional (BRASIL, 2012).

Com isso, haverá uma tradução dos objetivos político-estratégicos para a linguagem militar e será desenvolvido o esforço militar, mediante uma série de operações, como parte de uma campanha. O Comandante Operacional passa a ter um papel preponderante na condução das tropas no terreno a fim de aumentar a eficiência das ações e evitar danos colaterais. A estratégia operacional é, então, a condução do combate no Teatro de Operações, exercida pelos Comandantes Operacionais, que normalmente comandarão forças conjuntas, ou seja, utilizarão as capacidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, de forma sinérgica e coordenada. O nível operacional é o responsável por interpretar a vontade política e passar das ideias à ação (PERTUSIO, 2005).

De acordo com o Manual de Estratégia Operacional da Escola de Guerra Naval (2012), a estratégia operacional busca aliar a teoria com a prática, sendo aplicável em todos os níveis de decisão. Durante o planejamento militar, o Comandante Operacional organiza suas ações no tempo e no espaço dentro do TO.

A arte operacional emprega adequadamente as forças militares, segundo a ideia de manobra, de organização, de integração e de condução, a fim de atingir os objetivos estratégicos e operacionais. A arte operacional é a ferramenta indispensável para definir quando, onde, contra quem, com que forças e com quê propósito será conduzida uma campanha (BRASIL, 2012).

Em síntese, a arte ou estratégia operacional é um misto entre ciência e arte, que realiza a ligação entre o nível superior, o estratégico, ao qual está subordinado, e o nível inferior, o tático, que lhe é subordinado, sendo um laço de união entre os recursos disponíveis e os fins que se pretendem alcançar; permitindo alcançar os efeitos desejados dos níveis político e estratégico pela conquista dos objetivos operacionais e táticos.

No Brasil, o Comandante Operacional é o maior representante deste nível de decisão e elabora o seu planejamento militar de uma campanha ou operação com base no Plano

Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA), que é um documento produzido previamente no nível estratégico em situação de normalidade, para se contrapor a um estado de crise ou de conflito armado vigente (BRASIL, 2020c).

Na próxima seção, iremos observar a ligação do nível operacional para o nível tático.

2.4 NÍVEL TÁTICO

O nível tático planeja e conduz as operações militares, conforme as orientações do nível operacional, abrangendo área de responsabilidade e ações de envergadura e alcance, bem menores do que o nível operacional. Neste nível, o foco está no combate físico, na aplicação dos procedimentos militares e da força militar para emprego dos meios disponíveis, a fim de obter uma série de objetivos táticos específicos.

A tática é a condução do combate, de forma ordenada e distribuída, abrangendo os movimentos e ações das esquadras, dos exércitos e das forças aéreas no Teatro de Operações. Como nos lembra Coutau-Bégarie, “... a tática aparece quando o combate heroico cede lugar à disciplina militar” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 93).

Dois grandes estrategistas que contribuíram para o entendimento do arcabouço estratégico militar foram Jomini⁴ e Clausewitz⁵, que com definições simples, porém assertivas, nos ajudam a compreender o nível tático. Segundo Jomini, a tática é constituída pelas “manobras de um exército no campo de batalha, ou de combate, e as diversas formações para conduzir as tropas ao ataque” (JOMINI *apud* COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 94). Já para Clausewitz, a tática é “a teoria relativa ao uso das forças armadas no combate” (CLAUSEWITZ *apud* COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 94).

Segundo Milan Vego (2009), a tática deveria criar os pré-requisitos necessários para o sucesso operacional ou estratégico, os quais serão explorados pelo Comandante Operacional. Os resultados obtidos pelo nível tático devem assegurar uma sinergia com a arte operacional e com a estratégia.

⁴ Oficial suíço e pensador militar Jomini (1779-1869), serviu como general nas Forças Armadas da França e da Rússia no século 19 e se tornou conhecido pelos escritos sobre o método de guerra napoleônico.

⁵ General prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831), teórico da guerra conhecido por enfatizar os aspectos políticos e psicológicos do conflito armado.

A Doutrina de Operações Conjuntas nos diz que:

No nível tático é elaborado o planejamento das Forças Componentes, a partir do planejamento do Comando Operacional ativado. Neste nível, são detalhados os planos e ordens para execução das "grandes operações" que representam as batalhas e engajamentos da campanha em seus respectivos ambientes de atuação (BRASIL, 2020c, p. 24).

Podemos notar que no nível tático está o foco do aprendizado das escolas de formação militar, que seria o "fogo e movimento" destinado a destruir o inimigo. A tática é a arte de empregar as armas no combate de tal forma a obter o melhor rendimento. Uma vez que a aplicação racional dos meios militares para a consecução dos objetivos seja fundamental para a vitória na guerra, é importante que os meios adequados sejam disponibilizados para as tarefas a serem cumpridas.

A seguir, serão conceituados os fatores operacionais e suas respectivas influências no Teatro de Operações.

2.5 FATORES OPERACIONAIS

Nesta seção será abordado um dos componentes da estratégia operacional, os fatores operacionais, os quais, dada a sua importância para o estudo e análise dos planejamentos militares merecem uma atenção especial. Os fatores "espaço, tempo e força", bem como suas combinações, se habilmente equilibrados, permitem a liberdade de ação e imposição da vontade ao inimigo, para a força que melhor explorá-los (BRASIL, 2012).

Normalmente, o fator "tempo" é mais dinâmico e mutável que o fator "espaço". Ao longo dos anos, o tempo tem ficado cada vez mais comprimido ao passo que o espaço tem se expandido. Os fatores tempo e espaço podem ser mensurados com uma boa precisão, porém o fator "força", devido a existência de muitos elementos intangíveis, tem o seu cálculo prejudicado (VEGO, 2009).

Durante a campanha, o Comandante Operacional deve buscar constantemente o equilíbrio destes fatores para alcançar seus objetivos. Eventuais mudanças na missão e nos objetivos, requerem uma rápida adequação dos fatores operacionais.

2.5.1 Espaço

O fator operacional espaço envolve terra, mar e espaço aéreo, incluindo o espaço sideral; logo influencia as forças terrestres, marítimas e aéreas. Na história militar, observa-se inúmeros exemplos de campanhas que fracassaram por negligência ou erro de cálculo do fator espaço. O fator espaço é considerado um meio e um objetivo. Ele é o meio porque é necessário espaço suficiente para conduzir operações militares com sucesso e é também o objetivo pois para a condução das operações militares é preciso o controle do espaço (VEGO, 2009).

Conforme nos lembra Sun Tzu⁶ (544 a.C – 496 a.C): “Não estamos preparados para liderar um exército em marcha se não estivermos familiarizados com o traçado da região; suas montanhas e florestas, suas armadilhas e precipícios, seus charcos e pântanos.” (TZU, 2015c, p. 62).

Para o autor António Silva Ribeiro em Teoria Geral da Estratégia, o espaço é nomeado como meio e reflete as condições do ambiente para a realização de uma ação estratégica, obedecendo ao requisito de proporcionar a melhor materialização do objetivo fixado pela política. A análise do meio ou do espaço deve considerar os atores envolvidos, as características do ambiente e a transitabilidade do meio (RIBEIRO, 2010).

Com isso, os Comandantes Operacionais devem considerar o espaço como um todo no qual a campanha será conduzida, enumerando as vantagens e desvantagens de um espaço maior em oposição a um espaço menor, as posições estratégicas, as distâncias das bases para onde os combates irão ocorrer, as características operacionais físicas do ambiente. Também deverá ser levado em conta o chamado “espaço humano”, que inclui elementos como o sistema político e a natureza do governo, atividade econômica e tecnologia, estrutura social e ideologias, entre outros. Para um sucesso completo das campanhas militares, os comandantes operacionais devem sempre aprimorar a visão holística do problema militar, considerando os elementos humanos e físicos do fator espaço (VEGO, 2009).

O espaço terá diferentes abordagens de acordo com a peculiaridade da operação militar. Por exemplo, em um espaço marítimo não conseguimos prontamente estabelecer

⁶ O general chinês Sun Tzu, que provavelmente viveu entre 544 e 496 a.C., baseado em sua experiência militar, presenciando e analisando a evolução das técnicas de guerra, desenvolveu o livro *A arte da guerra*, obra que traduz a excelência conquistada na prática, com base nos resultados positivos alcançados por Sun Tzu, forjando um dos maiores e mais aclamados tratados de guerra de todos os tempos (TZU, 2015c, p. 15).

instalações que consolidem a conquista, como em terra. Logo, os navios exercem presença, mas não ocupação, movem-se continuamente com o espaço, não fixando posições. Porém, em um contexto de operações conjuntas, contribuem de forma preponderante para a conquista dos objetivos em terra, além de se distribuírem em espaços proporcionalmente maiores que as forças terrestres (PERTUSIO, 2005).

Dessa forma, o Comandante Operacional de uma Força Conjunta ou Combinada terá a responsabilidade de estabelecer todas as coordenações necessárias para implementar a interoperabilidade entre as forças naval, terrestre e aérea. O controle do mar é essencial para a projeção de poder sobre terra ou até mesmo para causar uma dissuasão, assim como a superioridade aérea local é requerida para que seja imposta a nossa vontade ao inimigo e favoreça o desenvolvimento das ações da tropa terrestre.

2.5.2 Tempo

Na condução da guerra, o fator tempo também merece a devida atenção, afinal qualquer ação ou procedimento militar requer tempo para planejamento, preparação, execução e suporte logístico. Um simples imprevisto durante um combate pode custar uma falha de coordenação na sincronização das ações decorrentes, o que poderá comprometer toda a campanha militar, quiçá a derrota na guerra (VEGO, 2009).

Napoleão⁷ (1769 - 1821) (citado por VEGO, 2009, p. III-19) dizia que a perda de tempo é irreparável na guerra e nesse contexto disse a seus generais “peça-me tudo menos tempo”. Com o avanço rápido da tecnologia, o valor relativo do tempo tem mudado e uma considerável redução no período necessário para adquirir e transmitir informações já é observada. Contudo, a quantidade de informação a ser processada e analisada requer muito mais tempo do que no passado.

O domínio do fator tempo no campo de batalha significa agir mais rápido do que o inimigo, causando-lhe uma confusão e um dilema mental, ao implementar ações e efeitos que ele não tenha a capacidade de se contrapor.

⁷ Napoleão foi um estadista e líder militar francês que ganhou destaque durante a Revolução Francesa e liderou várias campanhas militares de sucesso durante as Guerras Revolucionárias Francesas. Ele é considerado um dos maiores comandantes da história e suas guerras e campanhas são estudadas em escolas militares em todo o mundo.

No aspecto operacional, o fator tempo envolve o planejamento, preparação e execução das campanhas militares sob a tutela do Comandante Operacional. No nível estratégico, o tempo está mais relacionado a uma provável duração de uma futura guerra, o tempo decorrido entre uma declaração formal de guerra e o início das hostilidades, do alerta e do tempo de reação, da mobilização e da desmobilização (VEGO, 2009).

O autor António Silva Ribeiro (2010) sintetiza o tempo como o momento, a duração e o ritmo da ação estratégica, a fim de melhor cumprir os objetivos fixados pela política. Sendo assim, implementa uma análise na administração do tempo, evidenciando a melhor ocasião para desencadear a ação (momento), o período daquela ação (duração) e sua velocidade (ritmo).

Conforme o mesmo autor, Sun Tzu considera a velocidade a essência da guerra, ao afirmar que “geralmente, os que alcançam e ocupam o campo de batalha primeiro terão tempo para descansar e aguardar o inimigo. Os que chegam tarde ao campo de batalha terão de entrar em ação apressadamente, quando já estão cansados e exaustos”. (Sun Tzu *apud* RIBEIRO, 2010, p. 109 e 110).

O Comandante Operacional, ao manobrar as forças em um Teatro de Operações, deverá, portanto, em seu planejamento, estar bastante atento ao momento oportuno para o desencadeamento das ações, estabelecer coordenações quanto a duração de cada ação, de forma a buscar a máxima eficiência e ainda, impor um ritmo tal que o inimigo não consiga se contrapor a velocidade de suas decisões e ações, causando-lhe uma série de dilemas e fazendo-o desistir de combater, fazendo com que o nosso ciclo OODA⁸ (FIG. 2) nos níveis operacional e tático possa ser impulsionado e se sobreponha ao do inimigo.

2.5.3 Força

O termo “força” pode ser definido como o emprego dos meios de coação, de forma coordenada, concentrados nos locais e momentos apropriados, com ações planejadas claras e que surpreendam o inimigo (RIBEIRO, 2010).

⁸ O ciclo OODA (Observar - Orientar-se - Decidir - Agir) é um ciclo que foi introduzido pelo teórico contemporâneo John Boyd como uma ferramenta de tomada rápida de decisão. O ciclo é executado simultaneamente pelos dois oponentes e, também, pelos respectivos escalões subordinados, em consonância com os aspectos estratégicos, operacionais ou táticos da missão atribuída (BRASIL, 2015a).

Os termos “força” e “meios” muitas vezes são utilizados com o mesmo sentido, no entanto, a força está mais intimamente relacionada aos recursos militares de poder, o que inclui não apenas as forças navais, terrestres e aéreas, mas também todo o suporte logístico necessário para a sustentação da campanha militar. O termo “meios” inclui todos os recursos físicos e humanos necessários para a conquista de um objetivo militar. Geralmente, nos níveis estratégico e operacional, a força está relacionada aos recursos de poder militares e não-militares empregados em uma campanha ou grande operação militar (VEGO, 2009).

No livro *Estratégia Operacional*, Pertusio (2005) nomeia o fator força como a dimensão da massa, que pode estar concentrada ou dispersa, e tem o entendimento similar ao de Milan Vego (2009), ao afirmar que a força de um Estado não se encontra apenas nas Forças Armadas disponíveis, mas também nos recursos econômicos, entre outros, colocados à disposição.

Segundo Vego, a força de um Estado é composta de elementos tangíveis como o efetivo militar, com suas armas e equipamentos, mobilidade, poder de fogo, logística, entre outros. Em contrapartida, a quantificação dos elementos intangíveis torna-se extremamente difícil, uma vez que envolve fatores humanos como coesão interna, vontade política em sustentar o esforço de guerra, qualidade e personalidade das lideranças política e militar, moral, treinamento, comando e controle, entre outros.

No nível operacional, os números dos exércitos, dos navios e das aeronaves militares empregadas na campanha possuem extrema relevância e muito frequentemente quem possui maior quantidade tem uma maior probabilidade de vitória. Entretanto, a qualidade da liderança, o moral e a disciplina dos soldados podem se sobrepor a uma superioridade numérica de meios (VEGO, 2009).

O poder de combate a ser implementado pelo fator força em uma campanha militar depende de uma cooperação conjunta das forças singulares. Essa interoperabilidade proporciona ao comandante operacional uma sinergia multidimensional das capacidades dos poderes naval, terrestre, aéreo, espacial e de forças especiais, ocasionando um impacto muito maior do que o emprego de uma força singular (VEGO, 2009).

A avaliação do fator força, conforme observado, não deve se pautar apenas nos fatores tangíveis. Os números dos blindados do Exército, a quantidade dos navios de combate da Marinha e as aeronaves da Força Aérea podem até pautar nossos planejamentos, porém, os fatores humanos não podem ser subestimados. Apesar de difícil mensuração, a disciplina, a coesão, a vontade de lutar, a liderança, o treinamento, entre outros, podem ser decisivos na

comparação entre os oponentes. Os Comandantes Operacionais e seus Estados-Maiores devem sempre analisar, de forma minuciosa, as verdadeiras capacidades, tanto de suas forças, quanto as das forças inimigas.

2.5.4 Informação

As atuais operações militares são conduzidas em um ambiente de integração de sistemas de comando, controle e de armas; e na capacidade de transmissão de informações em tempo real, podendo reduzir algumas das incertezas existentes, em termos dos elementos tangíveis da situação operacional. Apesar disso, é difícil apreciar como elas possam efetivamente eliminar o problema da “névoa e fricção da guerra”, causadas por elementos intangíveis que não podem ser medidos e quantificados (BRASIL, 2012).

A fluidez das informações no campo de batalha depende da moderna tecnologia da informação, das mídias eletrônicas e das comunicações globais. Apesar de parte dessas informações serem objetivas e permitirem uma avaliação concreta da situação, muitas outras são subjetivas ou até mesmo incorretas.

As percepções das ações militares têm uma conotação por vezes divergentes na opinião pública e pode afetar o nível político, razão pela qual a estratégia operacional precisa estar baseada em uma correta mensuração da consciência situacional, lastreada por uma sinergia dos fatores operacionais “força, espaço e tempo”. Para ter essa capacidade, o Comandante Operacional não pode prescindir de um eficiente fluxo de informações.

De acordo com o professor Milan Vego, a revolução das informações levou muitos teóricos militares a considerar a informação como um quarto fator operacional, por causa da sua relevância na aplicação da arte operacional. Uma avaliação apropriada dos fatores “espaço, tempo e força” não pode ser realizada sem uma informação precisa e atualizada da situação militar. Além disso, a informação acompanhada de uma análise eficiente da inteligência militar afeta o moral e a coesão interna das forças e da população, impactando direta ou indiretamente nos níveis político, estratégico e operacional. Por conta disso, a informação pode se tornar um fator operacional decisivo na condução das atuais operações militares (VEGO, 2009).

No próximo capítulo, serão observados os impactos dos objetivos políticos e estratégicos no nível operacional durante a primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*.

3 ANÁLISE DA GUERRA DO IRAQUE NOS NÍVEIS DE DECISÃO

O conflito armado denominado Operação *Iraqi Freedom* começou com uma invasão do Iraque, liderada pelos Estados Unidos com a ajuda da Grã-Bretanha e outros aliados, que durou de 2003 a 2011. A invasão foi iniciada com base em informações de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e que Saddam Hussein estava abrigando e apoiando terroristas da Al-Qaeda. A falta de evidências de quaisquer armas de destruição em massa mais tarde se tornou um ponto crítico da guerra. Um dos objetivos da invasão era derrubar o regime de Saddam Hussein para estabelecer um governo iraquiano livre e independente, eleito democraticamente por seu povo (BENTON, 2023).

Segundo o autor Anthony Rushing Benton (2023), a primeira fase da guerra foi de estilo convencional, travada contra as forças militares iraquianas entre março e abril de 2003, enquanto a segunda fase foi um conflito prolongado contra insurgentes, entre 2003 e 2011.

Os Estados Unidos da América (EUA) possuem o sistema do Comando Central, composto por membros das três Forças Armadas e que possui a capacidade de coordenar as operações militares fora do território norte-americano. O Comando Central já havia previamente concebido planos para eventualidades previsíveis, inclusive para uma operação contra o regime de Saddam Hussein, apesar de não estar fundamentado em nenhuma ação ou ato de guerra (KEEGAN, 2005).

No Brasil, este tipo de planejamento é materializado nos Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA), que irão subsidiar, no nível operacional, a confecção dos planos operacionais, de responsabilidade dos Comandos Operacionais ativados (BRASIL, 2020c).

Neste capítulo iremos analisar a primeira fase da operação *Iraqi Freedom* em 2003, entre a coalizão, liderada pelos EUA, contra o regime iraquiano de Sadaam Hussein⁹, sob a perspectiva política, estratégica e operacional, com foco no planejamento do nível operacional.

⁹ Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikriti (1937-2006) foi um político e estadista iraquiano, que serviu como presidente do Iraque de 16 de julho de 1979 a 9 de abril de 2003, e também acumulou o cargo de primeiro-ministro nos períodos de 1979 até 1991 e 1994 até 2003.

3.1 A POLÍTICA

No campo político, o presidente dos EUA George W. Bush já vinha declarando desde 2002 a alcunha de “eixo do mal” para se referir a governos considerados hostis aos interesses norte-americanos, como Irã, Iraque e Coréia do Norte, acusando-os de apoiarem o terrorismo e de possuírem armas de destruição em massa. O termo “eixo do mal” fazia parte de um plano de apoio político à chamada Guerra ao Terror, desencadeada após os atentados de 11 de setembro de 2001 (KEEGAN, 2005).

A Guerra contra o Iraque já estava bastante adiantada no nível político e visava utilizar o Iraque como uma forma de experimento para uma mudança de regime. O governo de Washington pretendia, com a derrubada de Saddam Hussein, instituir uma democracia, de fácil controle e manipulação, servindo de modelo para o mundo islâmico (BANDEIRA, 2017).

No campo econômico, os EUA previam um domínio das reservas de petróleo do Iraque e também queriam evitar que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) passasse a adotar o euro em detrimento do dólar em suas transações internacionais, assim como o Iraque já havia feito (BANDEIRA, 2017).

Bush criticou a Organização das Nações Unidas (ONU) como sendo ineficiente e pressionou o Conselho de Segurança no sentido de que apoiasse a guerra contra o Iraque. Seu governo conseguiu no Congresso americano a autorização para o emprego das Forças Armadas no Iraque sob alegação de que o governo de Saddam possuía armas de destruição em massa e ameaçava a paz mundial (BANDEIRA, 2017).

Seria o momento oportuno para que os chamados neoconservadores implementassem a ideia do emprego da força militar contra supostos transgressores da ordem internacional em uma ação preemptiva, ou seja, impedir o surgimento do risco iminente, o que de forma geral significava ter o poder de atacar sem necessidade de consulta ou aviso prévio (KEEGAN, 2005).

O presidente dos EUA também tinha uma questão pessoal, pois Saddam Hussein havia autorizado uma tentativa de assassinato ao seu pai, George Bush, presidente dos EUA à época da Guerra do Golfo, que foi a primeira guerra contra o Iraque de Saddam Hussein (KEEGAN, 2005).

Uma importante consideração a ser feita foi a estratégia de Bush, com apoio da mídia, no sentido da influência na opinião pública norte-americana de construir uma associação de

vínculo entre Saddam Hussein e os atentados de 11 de setembro, apesar de falta de consistência nos argumentos (BANDEIRA, 2017).

Com todo esse arcabouço político engendrado, lastreado muito fortemente em uma razão propagandística e em um apelo emocional aos cidadãos, uma vez que os motivos para atacar o Iraque seriam uma continuação de uma guerra permanente contra o terror, estava criado o clima que iria influenciar os níveis estratégico, operacional e tático, no sentido de planejar e executar uma operação militar que viesse a corroborar os objetivos norte-americanos no nível político.

3.2 A ESTRATÉGIA

A estratégia norte-americana na operação *Iraqi Freedom* consistiu em uma ação direta pelo predomínio da Expressão Militar do Poder Nacional.

Nesse contexto, a estratégia militar utilizada pelos EUA foi de uma aproximação indireta, buscando a vitória militar, com intensos ataques aéreos de mísseis teleguiados e rapidez nas ações terrestres com avanços simultâneos, para causar uma confusão mental nos iraquianos, tirando-lhes a vontade de lutar.

Na Guerra do Iraque, cerca de 70% das bombas lançadas por aviões eram do tipo “inteligente”, a maioria guiada por laser ou GPS (Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global) (KEEGAN, 2005).

Com armas de alta precisão e capazes de penetrar em carros de combate a partir de uma certa altura, lançadas de bombardeiros secretos B-2, B-1 ou até do veterano B-52, a guerra aérea visou quase exclusivamente alvos militares. Na fase inicial da guerra, descrita como “choque e pavor”, a sede e os prédios administrativos do governo iraquiano e do partido Baath¹⁰ foram considerados alvos militares. Não obstante, as forças atacantes tinham como primeiro grande objetivo a conquista dos campos de petróleo de Rumaila, por estarem próximos da fronteira com o Kuwait e por serem os mais ricos do Iraque depois dos grandes campos de Kirkuk-Mosul, no Curdistão (KEEGAN, 2005). Nesse ponto, o plano estratégico

¹⁰ O Partido Socialista Árabe Baath ou Ba'ath foi um partido político fundado na Síria por Michel Aflaq, Salah ad-Din al-Bitar e associados de Zaki al-Arsuzi. Defendia o Baathismo que é uma mistura ideológica de nacionalismo árabe, pan-arabismo, socialismo árabe e anti-imperialismo.

procura se adequar aos objetivos políticos de Bush, de forma a atingir diretamente o governo de Saddam e desmantelar sua principal fonte de recursos.

Sendo assim, o objetivo estratégico a ser atingido era transformar o Iraque em um país estável, com um território completamente integrado e um governo comprometido em não desenvolver e utilizar armas de destruição em massa, em não apoiar o terrorismo ou ameaçar países vizinhos ao seu território (DALE, 2008).

3.3 A ARTE OPERACIONAL

O plano prévio para uma possível invasão ao Iraque começou a ser concebido ainda em 1995, quando os EUA viam como muito provável uma intervenção militar, a fim de conter o ímpeto de Saddam Hussein e sua determinação de desenvolver e utilizar armas de destruição em massa. O processo de planejamento começa com uma primeira grande dificuldade, a de encontrar um ponto de partida, de onde fosse possível a concentração das forças de combate e o desenvolvimento das ações. Muito embora o governo de Saddam tivesse péssimas relações com os vizinhos Irã, Arábia Saudita, Jordânia, Síria, Turquia e Kuwait, nenhum deles estava disposto a facilitar, de modo ostensivo, uma incursão ocidental no Oriente Médio, o que tornava o Iraque um país difícil de ser atacado (KEEGAN, 2005).

Segundo o relatório de Catherine Dale (2008), antes mesmo da ocupação do território iraquiano, ocorreram infiltrações da Agência de Inteligência norte-americana (CIA), com elementos de ligação que receberam as tarefas de reunir informações, construir relacionamentos e estabelecer as bases de apoio para a entrada antecipada das forças de operações especiais, que ocuparam posições no oeste do Iraque, na província de Al Anbar; levantaram locais suspeitos de armazenamento de armas de destruição em massa; perseguiram alguns alvos designados como de alto valor; e trabalharam de perto com as forças curdas iraquianas *peshmerga* no norte do Iraque, no intuito de atacar o reduto da organização terrorista Ansar al-Islam.

As forças de operações especiais na Operação *Iraqi Freedom*, assim como as forças convencionais, eram conjuntas e combinadas, com contingentes do Reino Unido, da Austrália e da Polônia. Estima-se que o contingente de forças de operações especiais foi de quase dez mil militares (DALE, 2008).

Na Guerra do Iraque em 2003, o V Corpo, parte do III Exército de Campanha e a 1ª Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais compunham a força expedicionária estadunidense (KEEGAN, 2005).

Os Estados Unidos formaram uma coalizão com ingleses e australianos. Os ingleses enviaram uma divisão do exército e contingentes das outras forças, assim como fizeram na Guerra do Golfo. Os australianos contribuíram com navios, aviões e forças especiais. As Forças Armadas norte-americanas possuíam um Comando Central composto por membros das três Forças e que foi concebido para que se pudesse implementar uma operação conjunta em qualquer teatro de operações, sob autoridade do Comandante Operacional (KEEGAN, 2005).

O general Tommy Franks, comandante do Comando Central norte-americano e da campanha militar, iniciou seu planejamento operacional em dezembro de 2001. Com um perfil ponderado e discreto, possuía conhecimento em várias disciplinas militares diferentes, além da habilidade em lidar com Forças Armadas de outros países. O General Franks começou a carreira como soldado e não passou pela tradicional formação militar da academia de *West Point*, o que lhe conferiu uma autonomia na forma de pensar e uma gratidão ao Exército norte-americano pela oportunidade de ascensão na carreira militar (KEEGAN, 2005).

Ainda segundo Keegan (2005), em uma análise do plano já previamente idealizado, concluiu que este deixava pouca margem de manobra e poucas possibilidades para o uso do fator surpresa. Sendo assim, o general Franks determinou ao seu Estado-Maior que reavaliasse o plano existente e fizesse os ajustes necessários de forma que a operação ficasse mais “leve”, ou seja, que a tropa empregada fosse reduzida para cerca de cinquenta mil soldados e com ênfase em forças especiais. Com o prosseguimento do planejamento, o conceito da operação foi se aperfeiçoando para um equilíbrio de forças, no sentido de uma campanha nem muito pesada nem leve demais.

As grandes operações de combate ocorridas no Iraque a partir de março de 2003, seguiram o planejamento delineado pela reunião dos principais componentes do Comando Central em janeiro daquele ano (KEEGAN, 2005).

De forma a contribuir para atingir o objetivo estratégico da operação, o Comandante Operacional buscou a sinergia necessária para integração de suas Forças Armadas, bem como utilizar o apoio militar dos outros países da coalizão.

No relatório da Operação *Iraqi Freedom*, Catherine Dale descreve os objetivos militares:

desestabilizar, isolar e derrubar o regime iraquiano e fornecer apoio a um novo governo de base ampla; destruir a capacidade e infraestrutura de armas de destruição em massa iraquianas; proteger aliados e apoiadores de ameaças e ataques iraquianos; destruir redes terroristas no Iraque, reunir informações sobre o terrorismo global, deter terroristas e criminosos de guerra e libertar indivíduos detidos injustamente sob o regime iraquiano; e apoiar os esforços internacionais para estabelecer condições para a estabilidade de longo prazo no Iraque e na região (DALE, 2008, p.10, tradução nossa¹¹).

Diversos generais norte-americanos já haviam alertado que a eliminação de Saddam não seria suficiente para a manutenção da lei e da ordem no Iraque, que os insurgentes iriam resistir e de que haveria muito mais mortes do que o previsto (BANDEIRA, 2017).

Muitos historiadores tiveram a impressão de que a Guerra do Iraque de 2003 seria muito semelhante à Guerra do Golfo de 1990-91, porém as diferenças começavam a aparecer e a chamar atenção. De forma geral, a grande diferença observada foi que, em 1991, um exército ocidental numeroso e altamente qualificado enfrentou um exército iraquiano de igual tamanho, porém pouco qualificado, que, após seis semanas de conflito, com ênfase em ataques aéreos intensivos, foi derrotado. Já em 2003, um exército ocidental bem menor, porém ainda mais qualificado, enfrentou um exército iraquiano já bastante degradado e defasado (KEEGAN, 2005).

As forças iraquianas basicamente eram compostas de 03 elementos: a Guarda Republicana, o exército regular e as tropas irregulares. A Guarda Republicana, criada originalmente para proteção do governante de eventuais golpes de autoridades, era a mais importante do ponto de vista militar; possuía seis divisões: 03 de infantaria, 02 mecanizadas e 01 blindada, caracterizava-se pela lealdade a Saddam Hussein e ao Partido Baath. O exército regular contava com 17 divisões, muito aquém das mais de 40 da Guerra do Golfo, e estavam mal guarnecidas de homens. As tropas irregulares muitas vezes se revelaram como os combatentes mais dedicados, conhecidos como *fedayins* (“mártires”), em alusão aos combatentes islâmicos que se opuseram ao exército soviético no Afeganistão (KEEGAN, 2005).

O próprio Comandante Operacional, o general Franks, enfatizou a importância da militância do partido Baath e dos *fedayins* para a sustentação do governo de Saddam,

¹¹ Texto original: “destabilize, isolate, and overthrow the Iraqi regime and provide support to a new, broad-based government; destroy Iraqi WMD capability and infrastructure; protect allies and supporters from Iraqi threats and attacks; destroy terrorist networks in Iraq, gather intelligence on global terrorism, detain terrorists and war criminals, and free individuals unjustly detained under the Iraqi regime; and support international efforts to set conditions for long-term stability in Iraq and the region.”

destacando como um “fator de força”, pois foram eles que lutaram a maior parte do tempo, apesar de não serem muito eficientes (KEEGAN, 2005).

Na concepção da arte/estratégia operacional para movimento das tropas em direção ao Iraque, não restavam muitas opções de locais para invadir o território iraquiano. A primeira e mais óbvia opção seria o estreito e pantanoso litoral do Iraque, no Golfo; a segunda opção, pelo território turco, e a terceira, via Kuwait. Essa última opção era promissora, pois o Kuwait já havia sofrido com a invasão e ocupação pelo Iraque em 1991, e foi corroborada com o alinhamento do país às forças de coalizão ocidentais (KEEGAN, 2005).

O plano operacional fora concebido para uma ação aérea fulminante, seguido a uma posterior ofensiva terrestre. O general Franks solicitou que agentes do serviço secreto entrassem em contato com os comandantes das seis divisões iraquianas posicionadas mais ao sul e insistissem para desistirem do combate, obtendo algum sucesso, pois foram ultrapassadas sem muita resistência. Também foram infiltradas forças especiais nas defesas de fronteira com o objetivo de neutralizar as pontes mais importantes e cortar as estradas de acesso do Iraque para a Síria e de destruir as bases dos mísseis balísticos móveis *Scud*, de origem soviética (KEEGAN, 2005).

Sendo assim, o fluxo logístico iraquiano ficaria bastante prejudicado e um dos seus principais armamentos seria neutralizado, possibilitando uma ação aérea estratégica com mais liberdade de ação e menos dispendiosa.

O início da invasão ao Iraque ocorreu em 20 de março de 2003, logo depois do encerramento do prazo de 48 horas estabelecido por Bush para que Saddam Hussein e seus filhos se rendessem. A princípio, o plano operacional previa uma curta campanha exclusivamente aérea para em seguida iniciar um ataque terrestre. Porém, com informes e indícios de que o Iraque destruiria seus poços de petróleo ao sul, a ofensiva terrestre foi antecipada, antes mesmo do lançamento da campanha aérea programada (DALE, 2008). A destruição dos poços de petróleo contrariava os interesses econômicos norte-americanos na região do Oriente Médio.

No entanto, ainda mais próximo da hora da ofensiva terrestre, a inteligência, por meio da CIA, obteve informações convincentes sobre a localização de Saddam Hussein, perto de Bagdá. Nas primeiras horas de 20 de março, assim que o ultimato para a rendição de Saddam Hussein e de seus irmãos expirou, deu-se início ao ataque aéreo com caças F-117 e uma

barragem de mísseis *Tomahawk* lançados de navios em locais onde possivelmente estariam as lideranças do governo iraquiano em Bagdá (DALE, 2008).

Naquela noite, as forças terrestres da coalizão cruzaram a linha de partida do deserto do Kuwait no sul do Iraque. No dia seguinte, 21 de março de 2003, vieram os ataques de *shock and awe* (“choque e pavor”) em larga escala, comprometendo o sistema de comando e controle iraquiano. As primeiras respostas iraquianas incluíram a destruição de alguns poços de petróleo e o disparo de alguns mísseis mal direcionados contra o Kuwait, a maioria dos quais foram interceptados com sucesso por mísseis *Patriot* (DALE, 2008).

Basicamente, o plano de campanha foi formulado com um bombardeio aéreo curto, de alguns dias apenas. A campanha terrestre foi realizada inicialmente pelo V Corpo do Exército e pela 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais dos EUA, sendo que parte dessas forças cruzaria a linha de partida em direção ao Iraque pelo Kuwait. A abertura do *front* norte partindo da Turquia seria feita pela 4ª Divisão de Infantaria (DALE, 2008).

Muito embora a Turquia não tenha permitido a utilização de seu território, a disseminação de informações secretas falsas pelo governo norte-americano de que o Exército turco conseguiria a autorização para o desembarque de tropas que iriam participar da operação, foi essencial para convencer o governo iraquiano a manter duas divisões da Guarda Republicana e várias divisões do Exército regular do Iraque ao norte de Bagdá, enfraquecendo as forças de que Saddam dispunha para a defesa do seu país (KEEGAN, 2005).

A decisão foi um avanço simultâneo da 3ª Divisão de Infantaria e da 1ª Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais no *front* sul, partindo do Kuwait e invadindo o Iraque até conquistar a capital Bagdá, na maior velocidade possível, evitando pausas desnecessárias (FIG. 1). A 1ª Divisão Blindada britânica, também no *front* sul, ficou encarregada de ocupar Basra, a segunda cidade mais importante do Iraque. A 82ª Divisão Paraquedista e a 101ª Divisão de Assalto Aéreo ficaram na espera da melhor oportunidade para serem empregadas, tomando posições próximas a Bagdá (KEEGAN, 2005).

Segundo Keegan (2005), as resistências encontradas foram pontuais e as ondas de deserções iraquianas provocadas pelo medo dos ataques aéreos e dos carros de combate contribuíram para facilitar o movimento das tropas norte-americanas até Bagdá.

As forças dos Estados Unidos fizeram um progresso notável em um avanço blindado rápido e sustentado em direção a Bagdá, evitando grandes formações militares iraquianas e contornando grandes centros populacionais. As forças dos Estados Unidos conseguiram

avançar a uma média de cerca de 120 Km por dia nos primeiros quatro dias, o que é considerado um dos avanços blindados mais rápidos e sustentados da história das guerras. No entanto, a batalha por Bagdá marcou a transição para uma nova fase do que provavelmente se tornaria uma luta prolongada (EISENSTADT, 2004).

A conquista da capital iraquiana Bagdá foi um ponto crítico decisivo, pois era onde se encontrava a sede do governo de Saddam Hussein, o líder político do regime a ser derrubado pela Operação *Iraqi Freedom*. A ofensiva da coalizão enfrentou uma resistência significativa das forças iraquianas, incluindo unidades regulares do exército, milícias leais ao regime de Saddam Hussein e combatentes estrangeiros (PERRY, 2016).

Com a conquista do aeroporto de Bagdá, além de cortar uma importante linha de comunicação logística iraquiana, a coalizão podia ser reforçada com tropas e suprimentos. Com isso, foi atingido o objetivo de dismantelar a estrutura de comando e controle do Iraque (KEEGAN, 2005).

Em 09 de abril de 2003, após a emblemática derrubada da estátua de Saddam Hussein, o velho regime iraquiano havia terminado, uma vez que o sistema de comando e controle iraquiano havia sido neutralizado, o que fez com que o presidente norte-americano George W. Bush declarasse o “fim da campanha militar” em 1^o de maio, marcando o encerramento da primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*. Contudo, começaram a ocorrer em Bagdá saques em prédios do governo e nas antigas casas dos líderes do regime. Os saqueadores também tinham como alvo bens culturais e estoques de armas abandonados. Para este fato novo, o planejamento operacional parecia não haver contemplado, tendo em vista que não havia tropas suficientes para se contrapor a nova ameaça. Saddam Hussein só viria a ser capturado em 13 de dezembro de 2003, mas a campanha militar perdurou até 2011 (DALE, 2008).

No capítulo 4, a seguir, será realizada uma análise da influência dos fatores operacionais na Operação *Iraqi Freedom* e também as lições aprendidas, tanto positivas quanto negativas.

4 OS FATORES OPERACIONAIS NA OPERAÇÃO IRAQI FREEDOM

Quando os líderes políticos se concentram predominantemente nos objetivos estratégicos e não deixam muito claro sua visão do estado final desejado estratégico, ou seja, o “efeito estratégico” que a alta liderança política e militar deseja alcançar, os Comandantes Operacionais não conseguirão mensurar os fatores “tempo, espaço e força” de forma adequada. No Iraque em 2003, a falta de um estado final desejado estratégico adequadamente definido resultou em uma prolongada campanha de contrainsurgência que durou vários anos (VEGO, 2009).

Após a queda de Bagdá, o que se discutia agora era o futuro político do Iraque e para isso ocorreram duas reuniões com líderes da oposição ao regime de Saddam e curdos iraquianos, juntamente com líderes comunitários. Em 1º de maio de 2003, com o avançar das negociações, Bush declarou a bordo do porta-aviões USS Abraham Lincoln que a campanha operacional principal da Guerra do Iraque havia chegado ao seu fim e, que os Estados Unidos e seus aliados haviam prevalecido. De certa forma, ainda que não totalmente destruído, o governo de Saddam não era mais capaz de exercer o pleno controle sobre o território, os recursos e a população iraquianos (DALE, 2008). Contudo, a liderança política norte-americana não estava esperando uma resistência tão longa.

Na guerra, fatos obscuros e confusões são normais, afinal existem muitos fatores a considerar e ainda aqueles que sequer foram notificados. Informações atrasadas, errôneas ou exageradas prejudicam o planejamento operacional, assim como situações inesperadas e ordens contrárias são esperadas (VEGO, 2009).

Neste capítulo, será abordada a influência dos fatores operacionais “espaço, tempo e força” na operação *Iraqi Freedom* no Iraque em 2003 até a conquista de Bagdá, bem como a importância do fator “informação” para uma correta e atualizada consciência situacional por parte do Comandante Operacional. Sendo assim, o fator “informação” será abordado de forma integrada aos fatores “espaço, tempo e força”.

4.1 A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “ESPAÇO”

Como foi observado no capítulo anterior, o eixo principal da campanha militar foi o *front* sul. O Iraque é um país difícil de ser invadido pelo Sul por ser envolto pelos rios Tigre e

Eufrates, impondo ao invasor o controle das pontes. Além disso, o itinerário a ser percorrido pelas tropas do Kuwait até Bagdá era de mais de 600 quilômetros e a comunicação com o Comandante Operacional precisava ser eficiente para a garantia do sucesso da operação (KEEGAN, 2005).

O espaço foi um fator importante, já que as forças da coalizão tiveram que se mover rapidamente pelo Iraque para evitar as forças inimigas e tomar o controle das principais cidades e instalações. Além disso, o controle do espaço aéreo permitiu a realização de operações aéreas e de inteligência, vigilância e reconhecimento (PERRY, 2016).

Cabe ressaltar que o fator “informação” foi muito relevante para a exploração do espaço de manobra das tropas no terreno. O General Franks dispunha de um Posto de Comando no Catar com 04 telas. Em uma delas, ele acompanhava as transmissões realizadas pelas principais redes de televisão, pois a opinião pública tinha um impacto imediato na estratégia operacional. Em outra tela, ele poderia influenciar na manobra no terreno porque tinha a capacidade de saber a localização das tropas em terra, ampliando mormente sua consciência situacional. Na terceira tela, ainda no contexto da consciência situacional, era possível acompanhar a localização das unidades aéreas; enquanto a última tela exibia as estimativas de inteligência atualizadas, inclusive com a localização das unidades inimigas (DALE, 2008).

No Iraque, o Comando Central do General Franks logrou êxito em proporcionar o apoio logístico adequado às tropas no terreno, com a localização exata de suas forças e aproveitamento das rodovias principais (KEEGAN, 2005).

O Comandante Operacional hoje tem a capacidade de comunicação contínua com suas forças dispersas no Teatro de Operações. A informação pode ser transmitida e recebida ao redor do mundo e não apenas restrita a um determinado Teatro.

A informação diminui as distâncias entre as tropas lutando em outro Estado e sua terra natal, uma vez que as notícias das ações militares, atualmente, são transmitidas em tempo real, causando grande impacto político, o que obviamente compromete a estratégia operacional; daí a importância do acompanhamento atualizado da manobra pelo Comandante Operacional (VEGO, 2009).

Ainda de acordo com Vego (2009), o planejamento e a condução de campanhas militares são consideravelmente afetados também por aspectos não-militares do fator espaço, em especial nas políticas interna e externa, diplomacia, atividade econômica,

sociedade, entre outros. A informação tem uma crescente influência da formação da opinião pública em sociedades abertas, com governos responsáveis e mecanismos políticos transparentes e flexíveis.

A percepção pública de uma ação militar pode ser mais importante do que a correlação de forças no terreno, como ilustrou a campanha militar do Iraque em 2003. Em um ambiente de intensa mídia, os políticos e o público tornaram-se muito implacáveis até mesmo com pequenos erros e transgressões; portanto, mesmo o menor aspecto das operações militares deve agora ser planejado com sensibilidade para a percepção do público sobre a situação (VEGO, 2009).

Com relação ao aspecto físico do espaço, as tecnologias de informação permitiram que o Comandante Operacional e seu Estado-Maior na operação *Iraqi Freedom* tivessem informações detalhadas e precisas. Este é um elemento crítico na estimativa do Comandante Operacional da situação, planejamento e execução de uma campanha ou operação importante.

O fator operacional espaço foi muito bem explorado pelas forças da coalizão durante o período da operação *Iraqi Freedom*, com apoio logístico adequado e informações precisas das posições amigas e inimigas, o que possibilitou um apoio aéreo coordenado às forças terrestres.

4.2 A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “TEMPO”

Segundo Keegan (2005), o General Franks dividiu as fases da operação em “5, 11, 16, 1-2-5”, que significava 5 dias para ponderações do Presidente e do Primeiro-Ministro (níveis político e estratégico), 11 dias para ajustes finais da campanha militar, 16 dias de operações especiais, seguidas de 125 dias de combates decisivos (nível operacional). Aqui podemos observar a importância do fator operacional tempo, ainda na fase de planejamento militar.

O tempo também foi um fator crítico porque as forças da coalizão tinham um prazo limitado para alcançar seus objetivos antes que a opinião pública internacional se voltasse contra a guerra. (PERRY, 2016).

A velocidade e o ímpeto foram as chaves para a vitória, permitindo que as forças dos EUA se movessem rapidamente pelo território inimigo, de modo que os iraquianos não

tivessem tempo para reagir. Quando finalmente se moviam, tornavam-se alvos para o componente aéreo (PERRY, 2016).

O domínio da informação é um fator-chave para garantir uma vantagem em termos de tempo e assim assegurar a liberdade de ação. Um fluxo adequado de informações permite uma redução do tempo de tomada de decisões e do tempo necessário para o planejamento (VEGO, 2009).

O Comando Central conseguiu realizar a alteração necessária do Plano Operacional de forma rápida, pois o General Franks dispunha de um bom domínio da informação. Ao receber de última hora a informação de que os iraquianos destruiriam os poços de petróleo ao sul do território, pôde antecipar a ofensiva terrestre (KEEGAN, 2005).

As novas tecnologias de informação permitem uma redução considerável no tempo necessário para planejar, preparar e executar ações militares. O tempo de responder a uma agressão, emitir um alerta para as forças no terreno e movimentá-las para uma determinada área está cada vez mais curto.

Para que a iniciativa das ações seja obtida e o ciclo OODA seja realizado em tempo menor do que as forças inimigas, de modo a surpreender o inimigo, o Comandante Operacional deve estar preparado para a rápida mudança de situação e alinhar sempre o seu planejamento aos objetivos estratégicos e políticos.

4.3 A INFLUÊNCIA DO FATOR OPERACIONAL “FORÇA”

A estratégia operacional de aplicar a força, de forma rápida e simultânea em pontos decisivos, em vez de tentar um avanço convencional mais amplo e lento, permitiu que as forças da coalizão exercessem sua superioridade de forma abrangente. Além disso, as forças militares sob o comando do general Franks eram superiores em termos de treinamento, equipamento e tecnologia (PERRY, 2016).

O exército ocidental prezou pela qualificação em detrimento da quantidade e, ao enfrentar um exército iraquiano degradado e um país muito prejudicado pelos doze anos de isolamento de suas fontes estrangeiras de suprimentos, desde a Primeira Guerra do Golfo em 1990-91, obteve uma enorme superioridade no campo de batalha (KEEGAN, 2005).

De acordo com Vego (2009), o sucesso das tropas terrestres da coalizão deveu-se em grande parte à superioridade aérea significativa, pois, de cerca de 300 aeronaves iraquianas,

nenhuma decolou. As defesas antiaéreas foram rapidamente eliminadas. Mísseis terra-ar portáteis iraquianos e canhões antiaéreos leves eram virtualmente inúteis contra as aeronaves da coalizão, que usavam armas de longo alcance e raramente voavam abaixo de 10.000 pés.

Os ataques aéreos às forças iraquianas foram rapidamente seguidos por rápidos avanços do forças terrestres da coalizão que dominaram os defensores iraquianos. Segundo relatos, cerca de 80% das 19.900 surtidas de ataque apoiaram as forças da coalizão no terreno. Esses ataques foram geralmente eficazes em impedir que a maior parte das forças terrestres iraquianas chegassem às cidades, seja destruindo-as no caminho ou induzindo os soldados iraquianos a abandonar seus equipamentos (VEGO, 2009).

Ainda segundo Vego (2009), a força naval da coalizão também desempenhou um papel importante, com o emprego de submarinos e navios de superfície, que dispararam um grande número de mísseis de cruzeiro *Tomahawk* contra alvos selecionados de alto valor no interior do território inimigo, principalmente em Bagdá.

Outro aspecto relevante é o uso da força sem o devido controle da informação pelo Comandante Operacional. Os líderes militares em todos os níveis devem estar cientes de que, na era da informação, todos os eventos e ações militares são expostos pela mídia e podem afetar consideravelmente a opinião pública e o emprego das forças. Durante a Operação *Iraqi Freedom*, a maioria das histórias que a mídia produziu foi positiva (REYNOLDS, 2007)

O nível político estava satisfeito com o novo *status quo* imposto ao Iraque e considerava, até a conquista de Bagdá, que as grandes operações haviam logrado o êxito desejado. Ademais, a forma de condução dos combates, com ataques aéreos de precisão e ataques terrestres bem coordenados, foram de fundamental importância para uma opinião pública favorável à coalizão.

4.4 LIÇÕES APRENDIDAS

Em um contexto militar, "lições aprendidas" geralmente se referem a uma análise retrospectiva de uma operação militar ou exercício para identificar o que funcionou bem e o que não funcionou tão bem. Essa análise é usada para identificar áreas de melhoria e desenvolver estratégias para melhorar o desempenho em futuras operações. As lições

aprendidas podem ser documentadas e compartilhadas com outras unidades ou organizações militares para ajudar a atingir a eficácia e melhorar a eficiência das operações militares.

Nesta seção, discutiremos os desafios enfrentados durante a Operação *Iraqi Freedom* e as decisões dos níveis político, estratégico e operacional que foram implementadas para enfrentá-los.

4.4.1 Pontos positivos

1. Integração: As Forças Armadas norte-americanas eram comandadas pelo Comando Central na figura do General Tommy Franks. O Sistema de Comando Central fora elaborado para que se pudesse empregar as três Forças de forma conjunta, em qualquer Teatro de Operações e sob um único comando. Tal sistema foi testado pela primeira vez na Guerra do Golfo de 1990-91 e logrou êxito (KEEGAN, 2005). Na Operação *Iraqi Freedom*, o Comando Central foi aperfeiçoado, permitiu uma melhor utilização das potencialidades de cada Força, criando assim a sinergia e a interoperabilidade necessárias para uma campanha mais rápida e eficiente.

2. Capacidade militar: As forças militares dos EUA e os países integrantes da coalizão demonstraram uma capacidade militar significativa, incluindo a capacidade de realizar operações de combate em larga escala, mobilizar e deslocar tropas e equipamentos, e fornecer apoio logístico e de inteligência, ainda que operando distante de seu território.

3. Tecnologia militar: No mundo atual, o Comandante Operacional deverá dispor de uma adequada e avançada tecnologia militar, compatível com a inserção político-estratégica do país. As forças militares dos EUA e seus aliados de coalizão usaram tecnologia militar avançada como drones, sistemas de vigilância e comunicação, e armas de precisão, para melhorar a eficiência e a precisão das operações militares (PERRY, 2016). Com isso, o fator operacional tempo é mais bem explorado com a antecipação do ciclo OODA em relação ao inimigo e também o espaço é melhor utilizado, uma vez que as forças são empregadas nos locais corretos.

3. Cooperação internacional: A Operação *Iraqi Freedom* demonstrou a importância da cooperação internacional, pois envolveu uma coalizão internacional de países que compartilhavam objetivos comuns em relação ao Iraque, incluindo a remoção de Saddam

Hussein do poder e a estabilização do país após a guerra, o que faz aumentar a relevância do papel da arte operacional, no sentido de entender os objetivos político-estratégicos.

4. Mudança de regime: Do ponto de vista político, a queda de Saddam Hussein e a mudança de regime no Iraque foram consideradas um sucesso pelos defensores da operação, que argumentaram que a remoção de Saddam Hussein era necessária para a segurança nacional dos EUA e para a promoção da democracia e dos direitos humanos no Oriente Médio.

5. Treinamento de forças de segurança iraquianas: A Operação *Iraqi Freedom* incluiu esforços significativos para treinar e equipar as forças de segurança iraquianas, incluindo o Exército iraquiano e a polícia, para assumir a responsabilidade pela segurança do país após a retirada das forças de coalizão (PERRY, 2016). Em que pese afetar o nível operacional, é importante ressaltar que o pensamento do emprego da força e as coordenações necessárias para sua retirada cabem ao nível estratégico.

4.4.2 Pontos negativos

1. A justificativa para a guerra no nível Político, que deu suporte a decisão de realizar a Operação *Iraqi Freedom*, foi provocada mormente sob a alegação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, fato que nunca foi comprovado, o que levantou questionamentos da comunidade internacional acerca da legitimidade da operação (BANDEIRA, 2017). O Comandante Operacional deverá estar em condições de manter uma consciência situacional atualizada do ambiente operacional e assessorar os níveis estratégico e político, a fim de evitar um imbróglio desnecessário.

2. Apesar da tecnologia utilizada pela coalizão, a execução das operações militares foi criticada por ser excessivamente agressiva e por causar danos colaterais significativos, incluindo a morte de civis iraquianos. Aqui cabe ressaltar a importância também do nível tático estar em alinhamento com o nível operacional para evitar um efeito adverso das operações militares, enfatizando a necessidade de desenvolver sistemas que suportem as necessidades de inteligência e informação dos comandantes de pequenas unidades em movimento nos níveis táticos inferiores (VEGO, 2009).

3. A reconstrução e a estabilização do Iraque após a queda de Saddam Hussein foram consideradas mal planejadas e mal executadas, o que levou a um aumento da violência e da instabilidade no país (BANDEIRA, 2017).

4. A Operação *Iraqi Freedom* também teve implicações políticas e econômicas, incluindo o aumento da tensão no Oriente Médio e o aumento do déficit orçamentário dos EUA (BANDEIRA, 2017).

As considerações finais observadas no capítulo 5 buscam chamar a atenção para que as Forças Armadas brasileiras tenham a devida preocupação acerca do estudo realizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Operação *Iraqi Freedom*, o General Franks dispunha de uma capacidade de informação e inteligência que possibilitou uma campanha militar eficiente, pois o Comandante Operacional poderia a qualquer tempo se certificar do correto efeito desejado operacional, estabelecendo a ligação necessária entre os níveis tático e estratégico, e, com isso, atendendo também aos anseios do nível político.

A campanha militar se destacou pelo uso eficiente da inteligência militar em prol de poupar ataques desnecessários e condenações midiáticas prévias. Nos conflitos armados modernos, não podemos nos furtar de possuir a tecnologia necessária para estabelecer uma rede de inteligência rápida e eficiente, a fim de permitir que o nosso ciclo OODA possa ser impulsionado e se sobreponha ao do inimigo. Para que o sistema de comando e controle possa funcionar de forma satisfatória, a informação deverá estabelecer um suporte firme para a inteligência.

A informação afeta cada vez mais os três fatores operacionais tradicionais. Seu efeito sobre o fator espaço está crescendo, possibilitando ao Comandante Operacional uma comunicação confiável com suas forças dispersas no terreno, ampliando a consciência situacional. Com relação ao fator tempo, quem conseguir obter um ciclo mais rápido de informação e reação estará em melhores condições de surpreender o inimigo e obter a iniciativa. A informação é um dos fatores mais importantes para a tomada das decisões estratégicas e operacionais e, por si só, é considerada um fator de força, podendo afetar o moral da população e a vontade de lutar de um país, uma vez que permite ataques coordenados e precisos às forças inimigas.

Durante o planejamento e execução da operação, a seleção de forças e meios a serem empregados deve ser avaliada, não apenas em termos de adequação e finalidade militar, mas também em termos de possíveis consequências políticas. Às vezes, um sucesso tático alcançado com forças inadequadas em uma área sensível ou na hora errada pode colocar em perigo ou mesmo condenar toda uma grande operação.

O estado final desejado operacional na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom* havia sido atingido em pouco tempo e de forma muito eficiente, devido a liderança exercida pelo Comandante Operacional na arquitetura da manobra no terreno, sabendo aproveitar e explorar os fatores operacionais “força, espaço e tempo”, de forma a otimizar a conquista dos

objetivos operacionais. Cabe também ressaltar a importância da tecnologia utilizada nos armamentos, o que possibilitou um bom grau de precisão nos ataques, bem como o bom uso da inteligência operacional militar, o que ampliou a consciência situacional do Comando Central.

Outro ponto de relevância foi a coordenação das Forças Armadas norte-americanas, exercida pelo Comando Central, que possibilitou uma eficiente integração de esforços em prol da campanha militar.

Em um mundo com constantes e rápidas mudanças tecnológicas, há de ser criada uma sistemática de avaliação de desempenho tático em combate, tanto no que tange as habilidades que o militar deve possuir como na quantidade de tropa a ser alocada para cada tipo de missão.

Como a tática está subordinada a arte operacional e que, por sua vez, está subordinada à estratégia, convém uma revisão periódica da doutrina utilizada para que o nível tático se adeque, por exemplo, com novos sistemas de armas, guerra cibernética e inteligência artificial.

No Brasil, o Ministério da Defesa tem a responsabilidade de implementar a aplicação dos conceitos da arte operacional, que está agregada à estratégia operacional, os quais vem sendo consolidados nos conflitos armados ao redor do mundo, como a Operação *Iraqi Freedom*, e estudados por pesquisadores militares, como o professor Milan Vego do *U.S Naval War College* (“Escola de Guerra Naval dos EUA”).

A utilização desses conceitos nas escolas de altos estudos militares tem se mostrado eficiente para as Forças Armadas brasileiras durante o planejamento e condução dos exercícios militares, pois o Comandante Operacional, ao orientar suas diretrizes utilizando o trinômio “espaço, tempo e força”, integrados à “informação”, consegue identificar as vulnerabilidades de suas forças, e, com isso, explorar da melhor forma possível os fatores operacionais em prol do cumprimento da missão.

O estudo da operação *Iraqi Freedom* mostra a importância para a Marinha do Brasil e para as Forças Armadas brasileiras de manter em um nível compatível com a inserção político-estratégica do Brasil todos os parâmetros de medida, quer sejam em termos de pessoal, treinamento militar, tecnologia e equipamentos ou organização.

Com isso, a questão de pesquisa de qual seria a importância da arte operacional para as Forças Armadas brasileiras na condução das atuais operações militares, tendo em vista a

integração de diversos sistemas de comando e controle e da capacidade de transmissão de informações em tempo real do campo de batalha para qualquer dos níveis envolvidos em decisões bélicas após as lições aprendidas na primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*, está no fato de que a formulação da arte operacional deve ser realizada com o emprego mais eficiente possível de suas forças disponíveis, utilizando adequadamente o espaço de manobra e em um tempo que cause uma paralisia no processo decisório do inimigo. Porém, como podemos observar, tais fatos somente serão possíveis com uma constante atualização da consciência situacional, obtida por meio da inteligência e da informação.

Com base na análise da primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*, este trabalho apresentou a importância da arte operacional em um contexto de emprego conjunto das Forças Armadas brasileiras, observando os fatores operacionais “espaço, tempo, força e informação” para o planejamento e condução das operações militares pelo Comandante Operacional, bem como sua interação com os níveis estratégico e tático, concluindo, desta forma, que o sucesso de uma campanha militar na atualidade depende de uma correta análise do ambiente operacional, para que ocorra uma sinergia e uma melhor eficiência das ações a serem implementadas em um Teatro de Operações.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BENTON, Anthony Rushing. Operation Iraqi Freedom. *Encyclopedia of Arkansas*, Arkansas, 2023. Disponível em: < <https://encyclopediaofarkansas.net/entries/operation-iraqi-freedom> >. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-601: *Manual de Estratégia Operacional: Componentes da estratégia operacional*, v. 1. Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos do Poder Nacional*. Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 0-1: *Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2020a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01: *Doutrina de Operações Conjuntas* (1^o Volume). Brasília, 2020b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01: *Doutrina de Operações Conjuntas* (2^o Volume). Brasília, 2020c.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD31-M-03: *Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle*. Brasília, 2015a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01: *Glossário das Forças Armadas*. 5. ed. Brasília, 2015b.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. — Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. v.1.
- DALE, Catherine. *Operation Iraqi Freedom: Strategies, Approaches, Results, and Issues for Congress*. Washington: Congressional Research Service, 2008. 124 p. Relatório
- DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- EISENSTADT, Michael. Iraqi Strategy and the Battle for Baghdad. In: KNIGHTS, Michael (Ed.). *Operation Iraqi Freedom and the New Iraq : insights and forecasts*. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 2004. p. 47 – 49.
- KEEGAN, John. *A Guerra do Iraque*. Tradução de Laís Andrade. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

PERRY, Walter L. *et al.* *Operation IRAQI FREEDOM: Decisive War, Elusive Peace*. Santa Monica: Rand Corporation, 2016.

PERTUSIO, Roberto L. *Estrategia operacional*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

REYNOLDS, Nicholas E. U.S. Marines in Iraq, 2003: Basrah, Baghdad and beyond. In _____. *U.S. Marines in the Global War on Terrorism*. Washington: History Division United States Marine Corps, 2007.

RIBEIRO, António Silva. *Teoria geral da estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

TZU, S. *A Arte da Guerra*. Tradução de Neury Lima com base na edição inglesa de Lionel Giles. Barueri: Novo Século Editora, 2015c.

VEGO, Milan. *Joint Operational Warfare: Theory and Practice*. Newport: U.S Naval War College Press, 2009.

ANEXO A

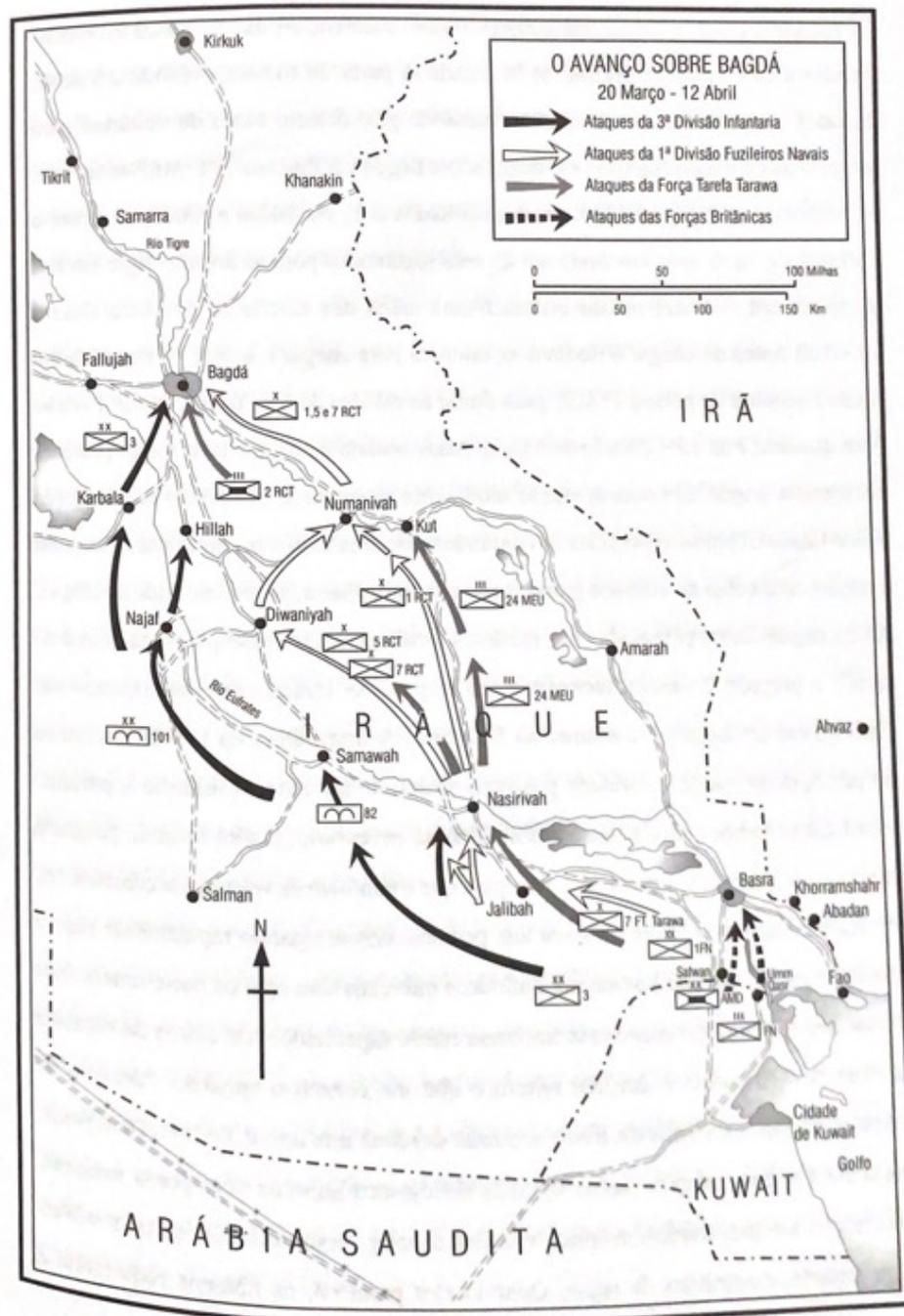


FIGURA 1 – O avanço sobre Bagdá
Fonte: KEEGAN, 2005, p. 181.

ANEXO B

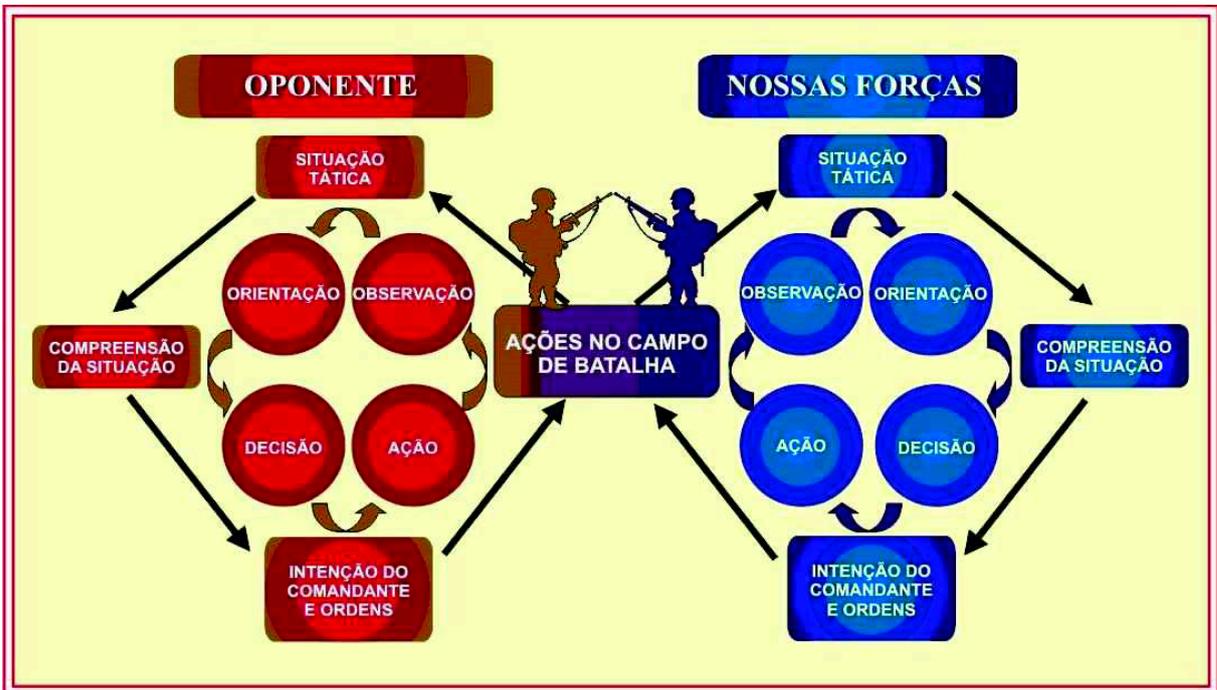


FIGURA 2 – O ciclo OODA – Oponente X nossas forças

Fonte: BRASIL, 2020a, p. 3-2.